

**Relatório da Administração**

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Saúde Companhia de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória

compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

**2. Principais Informações Financeiras:**

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
<b>Descrição</b>			
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	<b>838,1</b>	<b>539,8</b>	<b>55,3%</b>
<b>Sinistros retidos</b>	<b>(718,5)</b>	<b>(435,9)</b>	<b>(64,8%)</b>
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>119,6</b>	<b>103,9</b>	<b>15,1%</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>106,7</b>	<b>99,1</b>	<b>7,7%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>28,9</b>	<b>10,0</b>	<b>NA</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>92,4</b>	<b>77,3</b>	<b>NA</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>56,2</b>	<b>46,5</b>	<b>21,0%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** No exercício findo em 31/12/2014, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$ 838,1 milhões, com aumento de 55,3% em relação ao ano anterior. Os sinistros retidos somaram R\$ 718,5 milhões, 64,8% acima do apresentado em 2013. Dessa forma, ao final do exercício, o resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de

R\$ 119,6 milhões. O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 28,9 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 56,2 milhões.

**4. Distribuição do resultado:**

(R\$ milhões)	2014	2013
<b>Descrição</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações</b>	<b>92,4</b>	<b>77,3</b>
(-) Impostos e contribuições	(36)	(30,7)
(-) Participações	(0,2)	(0,1)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>56,2</b>	<b>46,5</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2,8)	(2,3)
<b>Lucro líquido (prejuízo) ajustado</b>	<b>53,4</b>	<b>44,2</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
25% do lucro líquido ajustado	13,4	11,0
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>13,4</b>	<b>11,0</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de reserva estatutária	40,1	33,1
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	40,1	33,1

**5. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)**

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013 (Reclassificado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>358.482</b>	<b>361.571</b>
Disponível		9.989	16.422
Realizável		348.493	345.149
Aplicações financeiras	5	314.381	277.217
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		214.759	257.941
Aplicações não vinculadas		99.622	19.276
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>6.599</b>	<b>38.543</b>
Prêmios a receber	6.1	1.424	3.278
Operadoras de planos de assistência à saúde	6.3	5.053	35.235
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		122	30
<b>Despesas diferidas</b>	<b>7</b>	<b>16.052</b>	<b>7.420</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8.1</b>	<b>5.110</b>	<b>890</b>
<b>Bens e títulos a receber</b>	<b>9</b>	<b>6.335</b>	<b>21.072</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>16</b>	<b>7</b>
<b>Não circulante</b>		<b>88.132</b>	<b>63.555</b>
Realizável a longo prazo		88.126	63.550
Créditos tributários e previdenciários	8.1	6.984	7.423
Despesas de comercialização diferidas	7	21.842	10.038
Ativo fiscal diferido	8.1	11.229	7.448
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	48.063	38.626
Outros créditos a receber a longo prazo		8	15
<b>Imobilizado</b>		<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Imobilizado de uso próprio</b>		<b>2</b>	<b>3</b>
Não hospitalares/Não odontológicos		2	3
<b>Intangível</b>		<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>446.614</b>	<b>425.126</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>163.649</b>	<b>257.083</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>10</b>	<b>145.922</b>	<b>213.953</b>
Provisões de prêmios		10.717	56.808
Provisão de prêmios não ganhos		10.135	56.331
Provisão para remissão		582	477
Provisão de sinistros a liquidar para SUS		1.877	1.969
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		52.409	137.555
Provisão para sinistros ocorridos e não avisados		80.919	17.621
<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>		<b>1.954</b>	<b>5.668</b>
Comercialização sobre operações		36	22
Operadoras de planos de assistência à saúde		1.286	2.678
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		632	2.968
<b>Provisões</b>		<b>588</b>	<b>19.639</b>
Provisões para IR e CSLL		15	18.292
Provisões para ações judiciais	14.2	573	1.347
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>		<b>773</b>	<b>3.283</b>
<b>Débitos diversos</b>	<b>11</b>	<b>14.412</b>	<b>14.540</b>
<b>Não circulante</b>		<b>54.662</b>	<b>47.496</b>
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>10</b>	<b>1.197</b>	<b>1.067</b>
Provisão para remissão		701	553
Provisão de eventos e sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		496	514
<b>Provisões</b>		<b>1.915</b>	<b>3.849</b>
Provisões para ações judiciais	14.2	1.915	3.849
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>		<b>51.550</b>	<b>42.580</b>
Tributos e encargos sociais a recolher		51.550	42.580
Tributos e contribuições	14.2	51.406	42.580
Parcelamento de tributos e contribuições	15	144	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>228.303</b>	<b>120.547</b>
Capital social		141.812	76.784
<b>Reservas</b>		<b>86.842</b>	<b>43.968</b>
Reservas de lucros		86.842	43.968
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>		<b>(351)</b>	<b>(205)</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>446.614</b>	<b>425.126</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)**

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2013</b>	<b>76.784</b>	<b>693</b>	<b>7.846</b>	<b>8.539</b>	<b>995</b>	<b>-</b>	<b>86.318</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.200)	-	(1.200)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.464</b>	<b>46.464</b>
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	-	2.323	-	2.323	-	(2.323)	-
Reserva Estatutária	-	-	33.106	33.106	-	(33.106)	-
Dividendos obrigatórios - R\$2.383,95 por ação	-	-	-	-	-	(11.035)	(11.035)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>76.784</b>	<b>3.016</b>	<b>40.952</b>	<b>43.968</b>	<b>(205)</b>	<b>-</b>	<b>120.547</b>
Aumento de capital conforme AGE de 30/09/2014	65.028	-	-	-	-	-	65.028
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(146)	-	(146)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.228</b>	<b>56.228</b>
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	-	2.811	-	2.811	-	(2.811)	-
Reserva Estatutária	-	-	40.063	40.063	-	(40.063)	-
Dividendos obrigatórios - R\$2.130,20 por ação	-	-	-	-	-	(13.354)	(13.354)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>141.812</b>	<b>5.827</b>	<b>81.015</b>	<b>86.842</b>	<b>(351)</b>	<b>-</b>	<b>228.303</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)**

	2014	2013
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimento de planos de saúde	767.531	454.254
Resgate de aplicações financeiras	346.445	259.828
Recebimento de juros de aplicações financeiras	11.015	7.735
Outros recebimentos operacionais	162	81.491
Pagamento a fornecedores / Prestadores de serviço de saúde	(662.322)	(319.420)
Pagamento de comissões	(58.385)	(35.711)
Pagamento de pessoal	(3.118)	(1.778)
Pagamento Pró-Labore	-	(2)
Pagamentos de serviços de terceiros	(4.228)	(4.068)
Pagamento de IR e CSLL	(56.279)	(3.808)
Pagamento de outros tributos	(9.058)	(8.719)
Pagamento de ações judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(2.154)	(721)
Pagamento de aluguel	-	(200)
Pagamento de promoção/publicidade	(685)	(158)
Aplicações financeiras	(365.742)	(418.258)
Outros pagamentos operacionais	(23.580)	(2.987)
<b>Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais</b>	<b>(60.398)</b>	<b>7.478</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(5)	-
Pagamento relativo ao ativo intangível	-	(3)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	65.028	-
Pagamento de amortização - REFIS	(23)	-
Pagamento de participação nos resultados/dividendos	(11.035)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>53.970</b>	<b>-</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(6.433)</b>	<b>7.475</b>
<b>Caixa - Saldo inicial</b>	<b>16.422</b>	<b>8.947</b>
<b>Caixa - Saldo final</b>	<b>9.989</b>	<b>16.422</b>
<b>Ativos livres no início do exercício</b>	<b>134.950</b>	<b>80.977</b>
<b>Ativos livres no final do exercício</b>	<b>187.385</b>	<b>134.950</b>
<b>Aumento / (redução) nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>52.435</b>	<b>53.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)**

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE", com 100% de ações ordinárias, e como controladora indireta final, a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **1.1. Incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A.:** Em 31/01/2013, foi aprovada a incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAUDE" e controladora direta da Companhia, pela CIA. SAÚDE, que detinha 40,96% de participação na Companhia e passou a ter o controle total a partir desta data. Esta operação visou otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou em 24/04/2013 a incorporação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, o montante de R\$2.930 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Provisão para tributos circulantes", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Ativo fiscal diferido". A Companhia entende que essas reclassificações, para fins de divulgação e que não afetam o capital circulante líquido, não são relevantes. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); e • Os instrumentos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como prêmios

retidos; • Os agenciamentos e outros custos que estão diretamente relacionados com o processo de angariação de novos contratos, exceto comissões sobre prêmios, são diferidos e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante, quando aplicável, e amortizados no resultado pelo prazo de 12 meses. No caso da operação de cosseguro aceito da controladora, os custos são diferidos e amortizados no resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices e o prazo de cobertura a qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices; e • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto a outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são indicados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 4.4) e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável.** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor

recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de saúde. **3.6.2. Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados e adicionada da ALAE, que são as despesas de sinistros diretamente relacionadas, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos. Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE; e a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa 50% das despesas já realizadas na atividade de regulação de sinistro. **3.6.3. Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamento de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.6.4. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported) é constituída com base no cálculo da provisão especificado na Resolução Normativa da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) nº 209/2009. Esta resolução determina que a provisão deve ser o maior entre os seguintes valores: I - 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses; e II - 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR deduz-se do valor obtido, a estimativa de 50% das despesas já realizadas na atividade de regulação de sinistros. **3.6.5. Provisão para remissão:** A provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantia existente para em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.7. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. **3.7.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex empregado ou ex prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordos com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência e de êxito, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.7.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos nas provisões para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponível para a venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8.3); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 10.1); e • Provisões para ações judiciais (nota 14.2). **3.10. Normas emitidas e revisadas: (a) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/ CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13/ CPC 46 - Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurado ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à UGC. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Alteração na norma define que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativos vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A SulAmérica não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. **IAS 32/CPC39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. **Em relação à nova interpretação, a seguir:** • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova**

**interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A SulAmérica ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e os possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros, não é relevante para a Companhia. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos, e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gestão de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da organização que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a organização implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo comitê de auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta às ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na organização. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	Representatividade	
	2014	2013
SP	63,0%	58,1%
DF	16,9%	21,1%
RJ	10,0%	11,1%
PE	4,7%	4,0%
BA	2,5%	2,8%
Outros	2,9%	2,9%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

**4.2. Risco de subscrição:** A emissão de apólices e contratos rentáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventos indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisionamento é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente consagradas e adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados como processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços e programas de saúde ativa, dentre outros. Caso os custos com sinistros ou despesas apuradas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser

As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

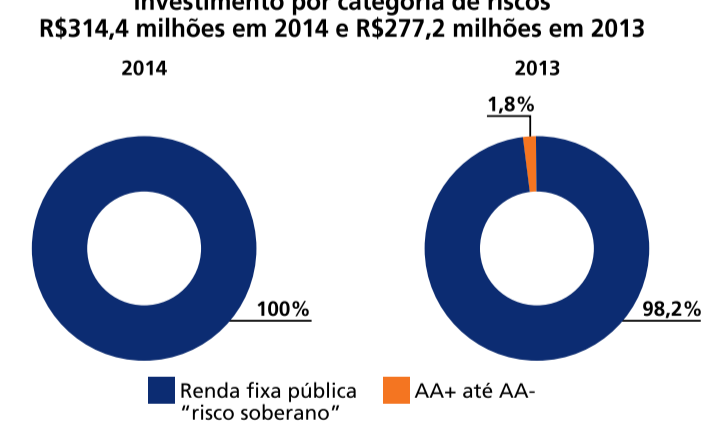
Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento		Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda) Outras		Valor contábil	
	<b>Instrumentos Financeiros</b>															
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>100.027</b>	<b>151.281</b>	<b>63.658</b>	<b>–</b>	<b>314.966</b>	<b>314.381</b>	<b>(585)</b>	<b>–</b>	<b>314.381</b>	<b>314.381</b>	<b>(585)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>314.381</b>	<b>–</b>	<b>314.381</b>
Valor justo por meio do resultado	38.675	–	–	–	38.675	38.675	–	–	38.675	38.675	–	–	–	38.675	–	38.675
Disponível para venda	61.352	151.281	63.658	–	276.291	275.706	(585)	–	275.706	275.706	(585)	–	–	275.706	–	275.706
<b>Passivos de seguros (1)</b>	<b>144.567</b>	<b>2.342</b>	<b>160</b>	<b>5</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>210</b>	<b>147.119</b>	<b>–</b>	<b>147.119</b>

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2014 R\$210 de ULAE.

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento		Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda) Outras		Valor contábil	
	<b>Instrumentos Financeiros</b>															
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>75.752</b>	<b>196.750</b>	<b>5.236</b>	<b>11</b>	<b>277.749</b>	<b>277.217</b>	<b>(532)</b>	<b>–</b>	<b>277.217</b>	<b>277.217</b>	<b>(532)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>277.217</b>	<b>–</b>	<b>277.217</b>
Valor justo por meio do resultado	13.712	–	–	–	13.712	13.712	–	–	13.712	13.712	–	–	–	13.712	–	13.712
Disponível para venda	61.527	196.750	5.236	11	263.524	262.992	(532)	–	262.992	262.992	(532)	–	–	262.992	–	262.992
Mantido até o vencimento	513	–	–	–	513	513	–	–	513	513	–	–	–	513	–	513
<b>Passivos de seguros (1)</b>	<b>213.851</b>	<b>1.005</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>164</b>	<b>215.020</b>	<b>–</b>	<b>215.020</b>

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2013 R\$164 de ULAE.

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.5. Risco de crédito:** Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados, a Companhia realiza redução ao valor recuperável (impairment) dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1). A Companhia considera em sua política de investimentos limites específicos para contratação de crédito privado e conta com um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2014 um percentual de 100,0% (98,2% em 2013) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior rating possível, segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's (classe AAA).



**4.6. Risco operacional:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da Companhia. Para a quantificação

**5. Aplicações. 5.1. Composição das aplicações:**

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado		
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	–	–	–	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	–	–	257.842	257.709	SELIC	257.709
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série B - Pós-fixado IPCA	–	–	18.449	17.997	IPCA +4,81%a.a.	17.997
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>38.675</b>	<b>38.675</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>38.675</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	38.675	38.675	–	–	–	38.675
<b>Total</b>	<b>38.675</b>	<b>38.675</b>	<b>276.291</b>	<b>275.706</b>	<b>–</b>	<b>314.381</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações Circulante</b>	<b>–</b>	<b>12,3%</b>	<b>–</b>	<b>87,7%</b>	<b>–</b>	<b>100%</b>

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado	Valor Contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>	–	–	5.110	5.114	–	–	–	5.114
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	–	–	5.110	5.114	–	–	111,5%CDI	5.114
Pós-fixado CDI	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	<b>258.414</b>	<b>257.878</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>–</b>	<b>258.521</b>
Letras financeiras do tesouro	130	130	239.395	239.381	513	513	SELIC	240.024
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–

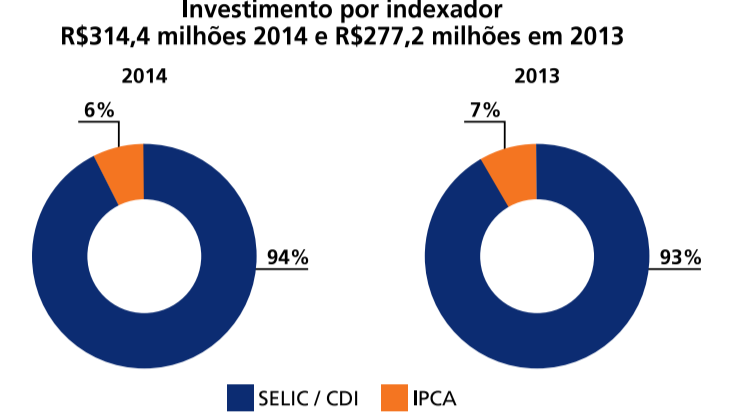
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil / mercado	Valor Contábil	Valor de mercado		
Série B - Pós-fixado IPCA	–	–	19.019	18.497	–	–	+4,62%a.a.	18.497
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>13.582</b>	<b>13.582</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>13.582</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	13.582	13.582	–	–	–	–	–	13.582
<b>Total</b>	<b>13.712</b>	<b>13.712</b>	<b>263.524</b>	<b>262.992</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>–</b>	<b>277.217</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações Circulante</b>	<b>–</b>	<b>4,9%</b>	<b>–</b>	<b>94,9%</b>	<b>0,2%</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>100,0%</b>

diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido.

	2014	2013
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Resultado após impostos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Premissas</b>		
Aumento de 1% na sinistralidade	(9.472)	(5.683)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(2)	(1)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(394)	(236)

	2013	2014
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Resultado após impostos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Premissas</b>		
Aumento de 1% na sinistralidade	(5.155)	(3.093)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(27)	(16)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(288)	(173)

A gestão das provisões técnicas constituídas para pagamento dos eventos indenizáveis é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desenvolve testes de consistências e recalculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas. **4.3. Risco de mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas como, por exemplo, a inflação. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (Stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2014 e 2013.



A tabela abaixo apresenta a exposição ao risco de inflação.

Exposição ao risco de inflação	2014	2013
Indexados a inflação	R\$17.998	R\$18.498

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Apenas 11,71% (2,95% em 2013) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. **4.4. Risco de liquidez:** A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não

**5.2. Movimentação das aplicações:**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>17.671</b>	<b>100.255</b>	<b>474</b>	<b>118.400</b>
Aplicações	166.056	252.202	-	418.258
Rendimento resgate	(1.037)	(6.698)	-	(7.735)
Principal resgate	(169.989)	(89.839)	-	(259.828)
Resultado financeiro	1.096	9.071	39	10.206
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(85)	-	-	(85)
Ajuste a valor de mercado	-	(1.999)	-	(1.999)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>13.712</b>	<b>262.992</b>	<b>513</b>	<b>277.217</b>

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>13.712</b>	<b>262.992</b>	<b>513</b>	<b>277.217</b>
Aplicações	258.972	106.770	-	365.742
Rendimento resgate	(2.945)	(7.842)	(228)	(11.015)
Principal resgate	(234.265)	(111.886)	(294)	(346.445)
Resultado financeiro	3.010	25.915	9	28.934
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	191	-	-	191
Ajuste a valor de mercado	-	(243)	-	(243)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>38.675</b>	<b>275.706</b>	<b>-</b>	<b>314.381</b>

**5.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR. Os ativos não apresentaram DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil e por isso não estão apresentados a seguir.

	2014
<b>Fatores de Risco</b>	<b>VAR95% DV1= 0,01%</b>
IPCA	46 4
<b>Total</b>	<b>46 4</b>

	2013
<b>Fatores de Risco</b>	<b>VAR95% DV1= 0,01%</b>
IPCA	61 5
<b>Total</b>	<b>61 5</b>

Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31/12/2014 e 2013, os ativos da Companhia estavam classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2: Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2014	2013
<b>Descrição</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Valor Justo por Meio do Resultado	38.675	13.712
Disponível para Venda	275.706	262.992
Mantido até o vencimento	-	513
<b>Total</b>	<b>314.381</b>	<b>277.217</b>

**6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1. Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

	Prêmios	Redução do valor recuperável	Total
<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>5.311</b>	<b>(3.378)</b>	<b>1.933</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	256.506	(1.668)	254.838
Recebimentos/ Reversão	(255.175)	1.682	(253.493)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.642</b>	<b>(3.364)</b>	<b>3.278</b>
<b>Circulante</b>			<b>3.278</b>

	Prêmios	Redução do valor recuperável	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.642</b>	<b>(3.364)</b>	<b>3.278</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	258.535	(5.826)	252.709
Recebimentos/ Reversão	(260.391)	5.828	(254.563)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>4.786</b>	<b>(3.362)</b>	<b>1.424</b>
<b>Circulante</b>			<b>1.424</b>

**6.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2014	2013
<b>Descrição</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	621	589
A vencer entre 31 e 60 dias	34	-
A vencer entre 61 e 180 dias	138	-
A vencer entre 181 e 365 dias	34	-
A vencer acima de 365 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>827</b>	<b>589</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(30)</b>	<b>(588)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>797</b>	<b>1</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	510	2.525
Vencidos entre 31 e 60 dias	127	567
Vencidos entre 61 e 180 dias	419	1.031
Vencidos entre 181 e 365 dias	880	257
Vencidos acima de 365 dias	2.023	1.673
<b>Total</b>	<b>3.959</b>	<b>6.053</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.332)</b>	<b>(2.776)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>627</b>	<b>6.053</b>
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>4.786</b>	<b>6.642</b>
<b>Redução ao Valor Recuperável (a)</b>	<b>(3.362)</b>	<b>(3.364)</b>
<b>Total</b>	<b>1.424</b>	<b>3.278</b>

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

**6.3. Movimentação do saldo com operadoras de planos de assistência à saúde:** A movimentação contempla o cosseguo aceito junto à controladora, mensurados ao custo amortizado.

	Prêmios
<b>Descrição</b>	<b>Prêmios</b>
<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>-</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	349.070
Recebimentos/ Reversão	(313.835)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>35.235</b>
<b>Circulante</b>	<b>35.235</b>

	Prêmios	Redução do valor recuperável	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>35.235</b>	<b>-</b>	<b>35.235</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	601.155	(8.571)	592.584
Recebimentos/ Reversão	(623.051)	285	(622.766)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>13.339</b>	<b>(8.286)</b>	<b>5.053</b>
<b>Circulante</b>			<b>5.053</b>

**6.4. Operadoras de planos de assistência à saúde por vencimento**

	2014	2013
<b>Descrição</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	1.768	15.925
<b>Total</b>	<b>1.768</b>	<b>15.925</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>1.759</b>	<b>15.925</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	2.425	15.371
Vencidos entre 31 e 60 dias	392	2.468
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.996	1.471
Vencidos entre 181 e 365 dias	3.993	-
Vencidos acima de 365 dias	2.765	-
<b>Total</b>	<b>11.571</b>	<b>19.310</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(8.277)</b>	<b>-</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>3.294</b>	<b>19.310</b>
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>13.339</b>	<b>35.235</b>
<b>Redução ao Valor Recuperável</b>	<b>(8.286)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>5.053</b>	<b>35.235</b>

**7. Despesas de comercialização diferidas – Movimentação:**

	Seguro direto e cosseguo cedido	Cosseguo aceito	Total
<b>Saldo em 01/01/2013</b>	<b>497</b>	<b>-</b>	<b>497</b>
Despesa de comercialização diferida gerada	167	18.250	18.417
Amortização	(585)	(777)	(1.362)
Cancelamento	(6)	(88)	(94)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>73</b>	<b>17.385</b>	<b>17.458</b>
<b>Circulante</b>			<b>7.420</b>
<b>Não circulante</b>			<b>10.038</b>

	Seguro direto e cosseguo cedido	Cosseguo aceito	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>73</b>	<b>17.385</b>	<b>17.458</b>
Despesa de comercialização diferida gerada	143	27.175	27.318
Amortização	(147)	(6.372)	(6.519)
Cancelamento	(3)	(360)	(363)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>66</b>	<b>37.828</b>	<b>37.894</b>
<b>Circulante</b>			<b>16.052</b>
<b>Não circulante</b>			<b>21.842</b>

**8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:**

	2014	2013
<b>Descrição</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>		
Impostos a compensar/ recuperar (nota 8.1)	5.798	996
Pis e Cofins sobre IBNR (nota 8.2)	6.296	7.317
<b>Total</b>	<b>12.094</b>	<b>8.313</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.110</b>	<b>890</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.984</b>	<b>7.423</b>
<b>Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos</b>		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias (nota 8.2)	14.339	10.374
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (nota 8.2)	4	4
(-) Tributos diferidos passivos (nota 8.2)	(3.114)	(2.930)
<b>Não circulante</b>	<b>11.229</b>	<b>7.448</b>

**8.1. Impostos a compensar/recuperar:**

	Saldo em 01/01/2013	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2013
<b>Descrição</b>					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.242	72	152	(1.991)	475
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.121	46	61	(768)	460
Programa de Integração Social - PIS	1	13	-	(3)	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7	55	-	(12)	50
<b>Total</b>	<b>3.371</b>	<b>186</b>	<b>213</b>	<b>(2.774)</b>	<b>996</b>
<b>Circulante</b>					<b>890</b>
<b>Não circulante</b>					<b>106</b>

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2014
<b>Descrição</b>					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	475	4.317	9	(550)	4.251
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	460	1.249	5	(289)	1.425
Programa de Integração Social - PIS	11	43	-	(32)	22
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	50	198	-	(148)	100
<b>Total</b>	<b>996</b>	<b>5.807</b>	<b>14</b>	<b>(1.019)</b>	<b>5.798</b>
<b>Circulante</b>					<b>5.110</b>
<b>Não circulante</b>					<b>688</b>

**8.2. Movimentação de créditos e débitos tributários:** As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	Saldo em 01/01/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2013
<b>Descrição</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	8.112	768	(219)	8.661
Redução ao valor recuperável de créditos	937	447	(27)	1.357
Participações nos lucros	157	12	(11)	158
Perda sobre ajuste a valor de mercado	-	549	(413)	136
Outros	63	-	(1)	62
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>9.269</b>	<b>1.776</b>	<b>(671)</b>	<b>10.374</b>
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	1.157	-	(1.153)	4
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	2.143	5.644	(2.470)	7.317
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>12.569</b>	<b>7.420</b>	<b>(2.294)</b>	<b>17.695</b>
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(2.478)	(556)	89	(2.945)
Ganho de ajuste a valor de mercado	16	-	(1)	15
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(2.462)</b>	<b>(556)</b>	<b>88</b>	<b>(2.930)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>10.107</b>	<b>6.864</b>	<b>(2.206)</b>	<b>14.765</b>

	Saldo em 31/12/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2014
<b>Descrição</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	8.661	1.503	(964)	9.200
Redução ao valor recuperável de créditos	1.357	3.324	-	4.681
Participações nos lucros	158	15	(11)	162
Perda sobre ajuste a valor de mercado	136	391	(293)	234
Outros	62	-	-	62
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>10.374</b>	<b>5.233</b>	<b>(1.268)</b>	<b>14.339</b>
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	4	-	-	4
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	7.317	2.630	(3.651)	6.296
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>17.695</b>	<b>7.863</b>	<b>(4.919)</b>	<b>20.639</b>
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(2.945)	(906)	722	(3.129)
Ganho de ajuste a valor de mercado	15	-	-	15
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(2.930)</b>	<b>(906)</b>	<b>722</b>	<b>(3.114)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>14.765</b>	<b>6.957</b>	<b>(4.197)</b>	<b>17.525</b>

**12. Partes relacionadas: 12.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

	Descrição	Categoria	Controladora
	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.
	Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (h) (i)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros

(a) Valor referente à receita obtida pelo prêmio de seguro saúde oferecido aos funcionários da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; (d) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (g) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (h) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos para acionistas, titulares ou sócios; e (i) Valor referente ao cosseguo aceito. Em 2014, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$11.035 referentes exercício de 2013. **13. Compromissos e ônus a liquidar – Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui ativos vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 10.2. **14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014	2013
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	23.025	22.171
PIS	5.566	5.199
Contribuição Social	14.464	3.722
Imposto de renda	2.244	2.111
<b>Subtotal</b>	<b>45.299</b>	<b>33.203</b>
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	-	3.622
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	352	282
Ações cíveis	2.412	1.519
<b>Subtotal</b>	<b>2.764</b>	<b>1.801</b>
<b>Total</b>	<b>48.063</b>	<b>38.626</b>
<b>Não circulante</b>	<b>48.063</b>	<b>38.626</b>

**14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:**

Descrição	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos/ baixas	Saldos em 31/12/2013
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	3.736	657	518	(1.455)	3.456
Trabalhistas	1.617	-	131	(309)	1.439
Honorários	347	116	-	(167)	296
<b>Subtotal</b>	<b>5.700</b>	<b>773</b>	<b>649</b>	<b>(1.931)</b>	<b>5.191</b>
<b>Tributárias:</b>					
PIS	4.924	-	276	-	5.200
COFINS	26.181	-	1.277	-	27.458
CSLL	2.838	4.547	173	-	7.558
Imposto de renda	2.036	-	110	-	2.146
Honorários	172	-	12	-	184
Outros	34	-	-	-	34
<b>Subtotal</b>	<b>36.185</b>	<b>4.547</b>	<b>1.848</b>	<b>-</b>	<b>42.580</b>
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	5	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>41.890</b>	<b>5.320</b>	<b>2.497</b>	<b>(1.931)</b>	<b>47.776</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.347</b>
<b>Não circulante</b>					<b>46.429</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos/ baixas	Saldos em 31/12/2014
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	3.456	233	270	(1.935)	2.024
Trabalhistas	1.439	108	89	(1.362)	274
Honorários	296	29	-	(135)	190
<b>Subtotal</b>	<b>5.191</b>	<b>370</b>	<b>359</b>	<b>(3.432)</b>	<b>2.488</b>
<b>Tributárias:</b>					
PIS	5.200	-	367	-	5.567
COFINS	27.458	-	1.550	-	29.008
CSLL	7.558	6.087	757	-	14.402
Imposto de renda	2.146	-	64	-	2.210
Honorários	184	-	-	-	184
Outros	34	-	1	-	35
<b>Subtotal</b>	<b>42.580</b>	<b>6.087</b>	<b>2.739</b>	<b>-</b>	<b>51.406</b>
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	5	-	-	(5)	-
<b>Total</b>	<b>47.776</b>	<b>6.457</b>	<b>3.098</b>	<b>(3.437)</b>	<b>53.894</b>
<b>Circulante</b>					<b>573</b>
<b>Não circulante</b>					<b>53.321</b>

**14.3. Obrigações fiscais:** Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$19.197 (R\$11.863 em 2013) e está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2014 e 2013, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento dessa contribuição. No período compreendido entre maio de 1999 e maio de 2000, a Companhia possuía uma liminar suspendendo as obrigações de recolher ou depositar judicialmente os valores devidos. Em junho de 2000, esta liminar foi cassada e, desta forma, a Companhia efetuou o recolhimento dos valores devidos atualizados monetariamente e, a partir desta data, vem recolhendo os valores calculados somente sobre a receita de sua atividade de seguro, provisionando e depositando sobre outras receitas. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência de junho de 2009, a recolher somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda em relação à incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro, e remota a perda em relação à incidência da COFINS sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 10/1996, cujos montantes encontram-se integralmente depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. A Companhia questiona a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006, a Companhia efetuou recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência de março de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar judicialmente a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. **14.4. Contingências:** Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$179 (R\$157 em 2013) e R\$1.297 (R\$1.201 em 2013). **15. Refinanciamento fiscal – REFS:** Em novembro de 2014, a Companhia aderiu à reabertura do REFS estabelecida pela Lei nº 13.043, com o objetivo de pagar em 30 parcelas valores relativos à CSLL, que estavam em discussão nas esferas administrativas. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídos nesse REFS, foi de R\$274 (líquido da redução dos benefícios previstos). Em 31/12/2014, as obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante e na rubrica "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante, sendo R\$121 no passivo circulante e R\$144 no passivo não circulante. **16. Patrimônio líquido:** **16.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2014 é de R\$141.812 (R\$76.784 em 2013), dividido em 6.269 (4.629 em 2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Em 30/09/2014, a Companhia aumentou seu capital em R\$65.028, com a emissão de 1.640 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 39.651,474435083 por ação. **16.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **16.3. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar

operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **16.4. Política de distribuição de dividendos:** Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **16.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **16.6. Distribuição do resultado:**

Descrição	2014	2013
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>92.367</b>	<b>77.345</b>
(-) Impostos e contribuições	(35.945)	(30.737)
(-) Participações	(194)	(144)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>56.228</b>	<b>46.464</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2.811)	(2.323)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>53.417</b>	<b>44.141</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>13.354</b>	<b>11.035</b>
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>13.354</b>	<b>11.035</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>40.063</b>	<b>33.106</b>
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	40.063	33.106

Descrição	2014	2013
<b>Prêmio retido</b>		
Assistência médico hospitalar - AMH	249.954	248.049
Assistência odontológica - AO	2.545	2.912
<b>Total</b>	<b>252.499</b>	<b>250.961</b>

Descrição	2014	2013
<b>Cosseguo aceito (a)</b>		
Assistência médico hospitalar - AMH	593.025	294.338
Assistência odontológica - AO	-	-
<b>Total</b>	<b>593.025</b>	<b>294.338</b>

(a) Refere-se ao contrato de cosseguo realizado com a CIA. SAÚDE (controladora) referente à carteira PME. **17.2. Sinistros ocorridos:**

Descrição	2014		2013	
	Antes da lei (a)	Após a Lei (a)	Antes da lei (a)	Após a Lei (a)
Consultas	(564)	(366)	(63.277)	(16.314)
Exames	(1.837)	(72)	(151.011)	(4.134)
Terapias	(745)	(2)	(24.537)	(738)
Internações	(4.659)	(345)	(316.487)	(14.666)
Outros (b)	(867)	(159)	(46.127)	(8.285)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.672)</b>	<b>(944)</b>	<b>(601.439)</b>	<b>(44.137)</b>
<b>Total</b>				<b>(655.192)</b>

Descrição	2014		2013	
	Antes da lei (a)	Após a lei (a)	Antes da lei (a)	Após a lei (a)
Consultas	(1.032)	(371)	(39.062)	(6.558)
Exames	(1.783)	(106)	(111.250)	(1.737)
Terapias	(626)	(16)	(20.774)	(540)
Internações	(4.158)	(459)	(193.289)	(7.460)
Outros (b)	(1.056)	(125)	(30.802)	(4.703)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.655)</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(395.177)</b>	<b>(20.998)</b>
<b>Total</b>				<b>(425.907)</b>

Descrição	2014		2013	
	Antes da lei (a)	Após a lei (a)	Antes da lei (a)	Após a lei (a)
Consultas	(1.032)	(371)	(39.062)	(6.558)
Exames	(1.783)	(106)	(111.250)	(1.737)
Terapias	(626)	(16)	(20.774)	(540)
Internações	(4.158)	(459)	(193.289)	(7.460)
Outros (b)	(1.056)	(125)	(30.802)	(4.703)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.655)</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(395.177)</b>	<b>(20.998)</b>
<b>Total</b>				<b>(425.907)</b>

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei 9.656/1998. (b) Na coluna de reembolso após a lei estão incluídos os valores registrados de reembolso ao SUS que em 31/12/2014 totalizavam R\$560 (R\$746 em 2013).

**17.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014	2013
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações</b>	<b>92.367</b>	<b>77.345</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.092)	(19.336)
<b>Correntes:</b>		
<b>Adições:</b>		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(82)	(49)
Provisão para redução ao valor recuperável de devedores duvidosos	(2.078)	(1.247)
Despesas não dedutíveis	(282)	(164)
Outras	-	(171)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.442)</b>	<b>(1.631)</b>
<b>Exclusões:</b>		
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários	-	-
Atualização de depósitos judiciais	115	69
Encargos sobre participações nos lucros	46	27
Outras	25	-
<b>Subtotal</b>	<b>186</b>	<b>96</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>		
Constituições	-	-
Compensações	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>1.110</b>	<b>270</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(24.238)</b>	<b>(15.390)</b>
<b>Diferidos:</b>		
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	2.162	1.706
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	-	606
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(115)	(70)
<b>Despesas (receitas) com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>2.047</b>	<b>1.636</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(22.191)</b>	<b>(13.754)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24%</b>	<b>15%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>	<b>-</b>	<b>39%</b>

**18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:**

Descrição	2014	2013
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
<b>Base de cálculo</b>	<b>(243)</b>	<b>(243)</b>
Imposto de renda	60	60
Contribuição social	37	37
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>97</b>
<b>Líquido</b>	<b>(146)</b>	<b>(146)</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.999)</b>	<b>(1.999)</b>
Imposto de renda	500	500
Contribuição social	299	299
<b>Total</b>	<b>799</b>	<b>799</b>
<b>Líquido</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(1.200)</b>

Descrição	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>56.228</b>	<b>46.464</b>
Depreciações e amortizações	2	2
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	3.098	2.497
Prejuízo na Venda de Investimentos ou Imobilizado	-	-
<b>Menos</b>		
Lucro na Venda de Investimentos ou Imobilizado	-	-
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(3.187)	(1.475)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(14)	(213)

**17.3. Despesas de comercialização:**

Descrição	2014	2013
<b>Comissões sobre prêmio retido:</b>		
Sobre prêmios	(17.945)	(18.087)
Sobre agenciamento	(140)	(160)
Variação de despesas de comercializações diferidas	(8)	(93)
<b>Total</b>	<b>(18.093)</b>	<b>(18.340)</b>

Descrição	2014	2013
<b>Comissões sobre cosseguo aceito:</b>		
Sobre prêmios	(14.918)	(9.663)
Sobre agenciamento	(26.816)	(18.162)
Variação de despesas de comercializações diferidas	20.444	17.384
<b>Total</b>	<b>(21.290)</b>	<b>(10.441)</b>

**17.4. Despesas administrativas:**

Descrição	2014	2013
Pessoal Próprio	(1.145)	(1.211)
Serviços de Terceiros	(624)	(298)
Localização e Funcionamento	(354)	(557)
Despesas com Tributos	(316)	(471)
Outras Despesas Administrativas	(1.467)	(492)
<b>Total</b>	<b>(3.906)</b>	<b>(3.029)</b>

**17.5. Outras despesas operacionais:** Em 31/12/2014, a rubrica "Outras despesas operacionais", no montante de R\$13.099 (R\$4.853 em 2013), refere-se a "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde".